

O CENSO DEMOGRÁFICO



A Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – Anipes, foi fundada em 1999, a partir da necessidade de ampliação dos contatos para discussão de temas afeitos às atividades de produção e análise de informações estatísticas, para subsidiar o planejamento governamental e permitir o acompanhamento da conjuntura social e econômica no Brasil, bem como de seus estados e municípios.

Congrega instituições de norte a sul do país, com diferentes naturezas organizacionais – fundações, autarquias e administração direta – nos três âmbitos de governo – federal, estadual e municipal, além de organizações não governamentais.

Ao longo de mais de 20 anos, a Anipes tem mantido agenda de interesse na ampliação da discussão e compartilhamento interinstitucional, envolvendo pesquisas, relatórios e sistemas de informação nas diversas temáticas relacionadas ao ciclo de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e às metodologias de levantamento de dados, tratamento de informação, produção de estatísticas e indicadores e disseminação de conhecimento acerca da realidade social, econômica e ambiental dos estados e municípios brasileiros.

A troca de experiências de pesquisas, o compartilhamento de metodologias, a capacitação de suas equipes técnicas e o desenvolvimento de atividades em parceria técnica entre seus associados e ministérios governamentais, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e, principalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem dado ênfase à colaboração com o aperfeiçoamento do Sistema Estatístico Nacional, incorporando também a cartografia e a geoinformação.

Quando esse sistema é abalado, quer sob a forma de ataques para colocarem em dúvida sua credibilidade, quer através de cortes orçamentários, toda cadeia sofre as consequências por gerar incertezas quanto ao futuro da produção da estatística pública no país.

Após episódios envolvendo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad, em 2018, o IBGE passou a enfrentar dificuldades para realização do Censo Demográfico 2020, com cortes e ameaças contínuas ao seu orçamento. Várias discussões se desenrolaram ao longo dos últimos dois anos, gerando indefinições quanto ao formato da pesquisa e a garantia de que produziria os resultados que refletissem a realidade socioeconômica do país, feito esse ocorrido há mais de uma década atrás, com a realização do último censo de 2010.

A indefinição com os rumos do novo censo demográfico, diante dos cortes orçamentários, deixou os órgãos estaduais de estatísticas, que constituem a base da Anipes, estarecidos e extremamente preocupados com os rumos que vêm tomando as estatísticas brasileiras. O Censo Demográfico produz dados que subsidiam a construção de inúmeros indicadores nacionais, estaduais e municipais. A decisão do último dia 25/03 põe, por terra, a capacidade de realização do Censo Demográfico 2021 e compromete sobremaneira a construção dos principais suportes para a formulação de políticas públicas ancoradas no planejamento. A informação de qualidade é a base do planejamento.

Com o advento da pandemia do Covid-19, em 2020, a realização do Censo Demográfico foi adiada para 2021 para que se salvaguardasse a vida dos funcionários e recenseadores do IBGE, bem como da população como um todo, diante das incertezas da vacinação em massa. Porém, o problema orçamentário continuava junto com o adiamento.

Novamente, o corte no orçamento para a realização do Censo Demográfico em 2021 não contou com a sensibilidade dos legisladores, sendo feita à margem das instituições usuárias - órgãos e instituições estaduais e municipais de estatística e comunidade acadêmica como um todo.

Para além da discussão pautada, no âmbito da Anipes, pela garantia dos recursos necessários para a realização do Censo Demográfico, considerando seu planejamento completo, sem a ilusão da aplicação de meios tecnológicos avançados, ainda inadequados para as condições socioeconômicas do país, faz-se necessário resgatar o caráter técnico que as estatísticas e o planejamento precisam garantir no desenvolvimento do país.

Vasto número de perguntas derivam dessa decisão arbitrária do Congresso Nacional, mas deixamos aqui apenas três: 1) como o próprio legislativo, que precisa das estatísticas oficiais para construir suas leis, opta, em momento tão importante para se conhecer as diferentes realidades de sua população, pelo cancelamento do Censo Demográfico(?); 2) como o país adiará e conviverá com mais um ano às cegas no trato de suas questões sociais, baseando-se exclusivamente em registros administrativos que seus ministérios não têm corpo técnico específico e suficiente para trabalhar com suas bases de dados geradas – vide o exemplo do Cadastro Único para Programas Sociais - CadUnico(?); e, 3) como o Executivo federal será capaz de construir planejamento estruturado de médio e longo prazo, com pelo menos mais dois anos sem estatísticas oficiais completas(?).

Diante de tantas indagações, a única certeza que o sancionamento por parte da Presidência da República à aprovação do orçamento de 2021 poderá nos trazer é o desprezo às estatísticas e ao planejamento.